

DIREITO EMPRESARIAL

SÍLVIO DE SALVO VENOSA
CLÁUDIA RODRIGUES

9.^a edição



- A EDITORA ATLAS se responsabiliza pelos vícios do produto no que concerne à sua edição (impressão e apresentação a fim de possibilitar ao consumidor bem manuseá-lo e lê-lo). Nem a editora nem o autor assumem qualquer responsabilidade por eventuais danos ou perdas a pessoa ou bens, decorrentes do uso da presente obra.
- Nas obras em que há material suplementar *on-line*, o acesso a esse material será disponibilizado somente durante a vigência da respectiva edição. Não obstante, a editora poderá franquear o acesso a ele por mais uma edição.
- Todos os direitos reservados. Nos termos da Lei que resguarda os direitos autorais, é proibida a reprodução total ou parcial de qualquer forma ou por qualquer meio, eletrônico ou mecânico, inclusive através de processos xerográficos, fotocópia e gravação, sem permissão por escrito do autor e do editor.

Impresso no Brasil – *Printed in Brazil*

- Direitos exclusivos para o Brasil na língua portuguesa

Copyright © 2019 by

EDITORA ATLAS LTDA.

Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional

Rua Conselheiro Nébias, 1384 – Campos Elíseos – 01203-904 – São Paulo – SP

Tel.: (11) 5080-0770 / (21) 3543-0770

faleconosco@grupogen.com.br / www.grupogen.com.br

- O titular cuja obra seja fraudulentamente reproduzida, divulgada ou de qualquer forma utilizada poderá requerer a apreensão dos exemplares reproduzidos ou a suspensão da divulgação, sem prejuízo da indenização cabível (art. 102 da Lei n. 9.610, de 19.02.1998).

Quem vender, expuser à venda, ocultar, adquirir, distribuir, tiver em depósito ou utilizar obra ou fonograma reproduzidos com fraude, com a finalidade de vender, obter ganho, vantagem, proveito, lucro direto ou indireto, para si ou para outrem, será solidariamente responsável com o contrafator, nos termos dos artigos precedentes, respondendo como contrafatores o importador e o distribuidor em caso de reprodução no exterior (art. 104 da Lei n. 9.610/98).

- Capa: Danilo Oliveira

- Data de fechamento: 23.01.2019

- **CIP – BRASIL. CATALOGAÇÃO NA FONTE.**
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ.

V575d

Venosa, Sílvio de Salvo

Direito Empresarial / Sílvio de Salvo Venosa, Cláudia Rodrigues. – 9. ed. – São Paulo: Atlas, 2019.

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-97-02065-6

1. Direito empresarial. I. Rodrigues, Cláudia. II. Título.

19-54746

CDU: 347.7(81)

Leandra Felix da Cruz – Bibliotecária – CRB-7/6135

111235

SUMÁRIO

Parte I

Teoria Geral da Empresa

1	Introdução ao Direito de Empresa	3
1.1	Considerações gerais	3
1.2	Esborço histórico: do direito comercial ao direito de empresa	4
1.3	Fontes do direito comercial	5
1.4	Regime jurídico da livre concorrência	13
1.4.1	Infração à ordem econômica	15
1.4.2	Concorrência desleal.....	18
2	Empresa e Empresário	21
2.1	Caracterização do empresário	21
2.1.1	O empresário rural.....	24
2.1.2	O pequeno empresário	24
2.2	Atividades não empresariais.....	26
2.3	Inscrição do empresário.....	27
2.3.1	Requisitos da inscrição	28
2.3.2	Forma da inscrição e efeitos.....	29
2.3.3	Estabelecimento secundário	30
3	Capacidade Empresarial.....	31
3.1	Dos impedidos de exercer a empresa	31
3.2	Incapacidade superveniente para o exercício da empresa	32
3.2.1	Procedimento judicial de autorização	33
3.2.2	Bens do superveniente incapaz	33
3.2.3	Registro de sociedades que envolvam sócio incapaz.....	34

3.3	Prova da aquisição antecipada e perda superveniente da capacidade empresarial	35
3.4	Sociedade entre cônjuges	35
3.4.1	Alienação de bens sociais	36
3.4.2	Publicidade dos atos de modificação patrimonial	36
4	Estabelecimento Empresarial	39
4.1	Conceito de estabelecimento	39
4.2	Natureza jurídica	40
4.3	Alienação do estabelecimento	41
4.3.1	Sucessão e responsabilidade solidária	42
4.3.2	Efeitos da alienação	45
4.3.3	Interdição da concorrência	47
4.4	Comércio eletrônico e estabelecimento virtual	49
5	Registro	51
5.1	Estrutura do Registro Público de Empresas Mercantis	51
5.2	Atos e fatos abrangidos pelo registro	52
5.3	Verificação da regularidade das publicações	53
5.4	Condições para a efetivação do registro	54
5.5	Efeitos do registro quanto a terceiros	55
6	Nome Empresarial	57
6.1	Conceito e função do nome empresarial	57
6.2	O nome do empresário individual	59
6.3	Formações do nome empresarial	60
6.4	Inalienabilidade do nome empresarial	63
6.5	Proteção ao nome empresarial	63
6.6	Alteração do nome empresarial	65
7	Prepostos	67
7.1	A figura do preposto	67
7.2	Preposto com representação	68
7.3	O gerente	70
7.4	Poderes de representação e responsabilidade	70
7.5	O contabilista	72
7.6	Atos dos prepostos praticados dentro e fora do estabelecimento	73

8 Escrituração	75
8.1 A escrituração.....	75
8.2 Os livros empresariais.....	76
8.2.1 Livro Diário.....	77
8.2.2 Livro de balancetes diários e balanços.....	78
8.2.3 O inventário	79
8.2.4 Balanço patrimonial e de resultado	80
8.3 Requisitos da escrituração	81
8.4 Responsabilidade pela escrituração.....	82
8.5 O sigilo dos livros empresariais.....	83
8.5.1 Exibição parcial ou total.....	83
8.5.2 Exceção ao sigilo.....	84
8.6 Guarda e conservação dos livros.....	85
9 Propriedade Industrial	87
9.1 Tutela da propriedade industrial.....	87
9.2 Invenção e modelos de utilidade.....	88
9.2.1 Titularidade da patente.....	88
9.2.2 Criações patenteáveis e não patenteáveis.....	89
9.2.3 Requisitos da patenteabilidade	90
9.2.4 Procedimento da patenteabilidade.....	90
9.2.5 Efeitos da patente	91
9.3 Desenhos industriais	92
9.4 Marcas. Conceito e requisitos.....	94
9.4.1 Classificação e apresentação da marca	97
9.4.2 Titularidade e proteção.....	98
9.4.3 Perda dos direitos	99
9.5 Indicações geográficas.....	100

Parte II

Teoria Geral do Direito Societário

10 Introdução ao Direito Societário	105
10.1 Contrato de sociedade.....	105
10.2 Classificação das sociedades.....	107

10.3	Constituição das sociedades	110
10.4	Personalidade jurídica	111
10.4.1	Desconsideração da personalidade jurídica	112
11	Sociedades Não Personificadas	117
11.1	Sociedade em comum.....	117
11.1.1	Prova escrita da existência da sociedade	118
11.1.2	Formação de patrimônio e proteção dos credores.....	120
11.1.3	Responsabilidade dos sócios.....	120
11.2	Sociedade em conta de participação.....	120
11.2.1	Relação entre os sócios e com terceiros.....	121
11.2.2	Patrimônio especial e seus efeitos	122
11.2.3	Ingresso de novo sócio e liquidação da sociedade.....	123
12	Sociedades Personificadas.....	125
12.1	Sociedade simples	125
12.1.1	O contrato social	126
12.1.2	Convenção de arbitragem no contrato social.....	129
12.1.3	Formalidades de constituição	130
12.1.4	Modificação do contrato social	131
12.1.5	Direitos e obrigações dos sócios.....	132
12.1.6	Substituição dos sócios e transferência das quotas.....	132
12.1.7	Formação do capital social.....	133
12.1.8	Participação nos lucros e nas perdas	135
12.1.9	Administração da sociedade.....	136
12.1.10	Relações com terceiros.....	141
12.1.11	Resolução da sociedade em relação a um sócio	144
12.1.12	Dissolução da sociedade.....	148
12.2	Sociedade em nome coletivo	153
12.3	Sociedade em comandita simples	155
12.4	Sociedade limitada.....	157
12.4.1	Regime jurídico da limitada.....	158
12.4.2	Contrato social.....	160
12.4.3	Capital social.....	161
12.4.4	Cessão das quotas.....	162

12.4.5	Sócio remisso e reposição dos lucros.....	163
12.4.6	Administração da limitada.....	164
12.4.7	Conselho fiscal.....	167
12.4.8	Deliberações sociais	170
12.4.9	Redução e aumento do capital social.....	175
12.4.10	Dissolução e resolução da sociedade em relação a sócios minoritários	177
12.5	Da empresa individual de responsabilidade limitada	181
12.6	Sociedade anônima	183
12.6.1	Modalidades de companhias	184
12.6.2	Constituição das sociedades anônimas	185
	12.6.2.1 Providências preliminares	185
	12.6.2.2 Constituição	186
	12.6.2.3 Formalidades complementares	187
12.6.3	Capital social.....	187
	12.6.3.1 Aumento do capital social	188
	12.6.3.2 Redução do capital social	189
12.6.4	Ações.....	190
	12.6.4.1 Categorias de ações	191
	12.6.4.2 Circulação das ações	193
	12.6.4.3 Oneração das ações	194
12.6.5	Valores mobiliários	194
12.6.6	Organização da companhia	197
	12.6.6.1 Assembleia Geral	197
	12.6.6.2 Diretoria.....	198
	12.6.6.3 Conselho fiscal.....	200
	12.6.6.4 Conselho de administração.....	200
12.6.7	Acionista.....	201
	12.6.7.1 Direitos extrapatrimoniais	202
	12.6.7.1.1 Direito de participar da vida da sociedade: voto, participação e informação	202
	12.6.7.1.2 Direito de negociar suas ações.....	203
	12.6.7.1.3 Direito de recesso	203
	12.6.7.2 Direitos patrimoniais	204
	12.6.7.2.1 Direito aos dividendos e a uma parte do capital social	204

12.6.7.3	Poder de controle.....	204
12.6.7.4	Acordo de acionistas	205
12.6.8	Demonstrações financeiras.....	206
12.6.8.1	Lucros, reservas e dividendos	208
12.6.9	Dissolução e liquidação da companhia	211
12.7	Sociedade em Comandita por Ações.....	212
12.8	Sociedade Cooperativa.....	213
12.8.1	Características.....	214
12.8.2	Responsabilidade dos sócios.....	217
12.8.3	Regime jurídico	218
12.9	Sociedades coligadas.....	218
12.9.1	Sociedade controlada	220
12.9.2	Sociedades coligadas ou filiadas.....	220
12.9.3	Sociedade de simples participação.....	221
12.9.4	Participação recíproca	221
12.10	Liquidação da sociedade	222
12.10.1	Deveres e responsabilidade do liquidante.....	223
12.10.2	Pagamento das dívidas sociais.....	225
12.10.3	Prestação de contas e encerramento da liquidação	226
12.10.4	Liquidação judicial.....	228
12.11	Reorganização societária.....	229
12.11.1	Transformação.....	229
12.11.2	Incorporação.....	231
12.11.3	Fusão	233
12.11.4	Cisão.....	234
12.11.5	Os credores na reorganização societária	235
12.12	Grupos de sociedades: concentração empresarial.....	236
12.12.1	Modalidades de concentração empresarial.....	237
12.12.2	<i>Joint venture</i>	237
12.12.3	Consórcio	238
12.12.4	Sociedades de Propósito Específico	239
12.13	Sociedades dependentes de autorização	240
12.13.1	Sociedade nacional.....	241
12.13.2	Sociedade estrangeira	244

Parte III**Teoria Geral dos Títulos de Crédito**

13 Títulos de Crédito: Atos Unilaterais	251
13.1 Generalidades. Conceito. Características. O Código de 2002.....	251
13.2 Notícia histórica	256
13.3 Legislação dos títulos de crédito	258
13.4 Requisitos essenciais.....	259
13.5 Título de crédito em branco	261
13.6 Saque, aceite, endosso, aval e outros institutos típicos do direito cambial	263
13.6.1 Saque.....	263
13.6.2 Aceite.....	263
13.6.3 Endosso.....	264
13.6.4 Aval.....	269
13.7 Títulos ao portador	273
13.8 Títulos nominativos.....	276
13.9 Vencimento. Pagamento. Prescrição	276
14 Protesto	279
14.1 Origem histórica	279
14.2 Conceito. Natureza jurídica	280
14.3 Classificação.....	281
14.4 Protesto de outros documentos de dívida na Lei nº 9.492/97.....	283
14.5 Sentido metajurídico do protesto e a posição do legislador.....	285
14.6 Sustação e cancelamento do protesto	287
15 Rol dos Títulos de Crédito	289
15.1 Letra de Câmbio.....	290
15.1.1 Conceito e requisitos.....	290
15.1.2 Aceite, endosso e aval	291
15.1.3 Vencimento e pagamento.....	291
15.2 Nota promissória.....	293
15.2.1 Requisitos essenciais e formais.....	293
15.2.2 Outras considerações.....	295

15.3	Cheque.....	296
15.3.1	Emissão e forma	297
15.3.2	Transmissão e aval.....	300
15.3.3	Apresentação e pagamento	301
15.3.4	Ação por falta de pagamento	305
15.4	Duplicata	307
15.4.1	Conceito e requisitos.....	307
15.4.2	Remessa e devolução.....	309
15.4.3	Pagamento, protesto e cobrança	311
15.4.4	Duplicata virtual e boleto bancário.....	313
15.5	Outros instrumentos de pagamento e crédito.....	314
15.5.1	Títulos representativos.....	314
15.5.2	Títulos de financiamento.....	315
15.5.3	Títulos de investimento	316

Parte IV

Empresas em Dificuldades e Processo Concursal

16	Empresas em Dificuldades e Processo Concursal.....	319
16.1	Crise da empresa e processo concursal.....	319
16.2	Os processos concursais na Lei nº 11.101/05	320
16.3	Disposições comuns à recuperação judicial e à falência.....	321
16.3.1	Legitimidade e competência	321
16.3.2	Verificação e habilitação dos créditos.....	323
16.3.3	Administrador judicial	326
16.3.4	Comitê de credores	331
16.3.5	Assembleia geral de credores	333
16.4	Recuperação extrajudicial.....	338
16.4.1	Abrangência e requisitos	339
16.4.2	Processamento do plano de recuperação	340
16.5	Recuperação judicial.....	342
16.5.1	Pressupostos, extensão e meios de recuperação.....	344
16.5.2	Pedido e processamento	345
16.5.3	Plano de recuperação e processamento	347

16.5.4	Recuperação para microempresas e empresas de pequeno porte	352
16.5.5	Convolução da recuperação judicial em falência	354
16.5.6	Cumprimento da recuperação.....	355
16.6	Da falência	355
16.6.1	Considerações gerais.....	355
16.6.2	Classificação dos créditos.....	357
16.7	Pedido de restituição	361
16.8	Procedimento para a decretação da falência	363
16.9	Direitos e deveres do falido	367
16.10	Arrecadação e custódia dos bens	368
16.11	Efeitos da decretação da falência sobre as obrigações do devedor	370
16.12	Ineficácia e revogação de atos praticados antes da falência.....	375
16.13	Realização do ativo	378
16.14	Pagamento aos credores	381
16.15	Encerramento da falência e extinção das obrigações do falido	381
	Bibliografia	385
	Índice Remissivo	391

Nota da Editora: as alterações na organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios, estabelecidas pela Medida Provisória 870/2019, não foram incorporadas ao conteúdo da obra tendo em vista que, até o fechamento desta edição, as novas estruturas regimentais que constam nos Decretos regulamentadores não estavam em vigor (início previsto para 30.01.2019).